



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

ELETRISSANDRA RODRIGUES REIS

**A IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA INCLUSÃO
DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

MOSSORÓ

2017

ELETRISSANDRA RODRIGUES REIS

**A IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA INCLUSÃO
DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Orientadora: Mônica Rafaela de Almeida,
Prof^a, Me.

MOSSORÓ

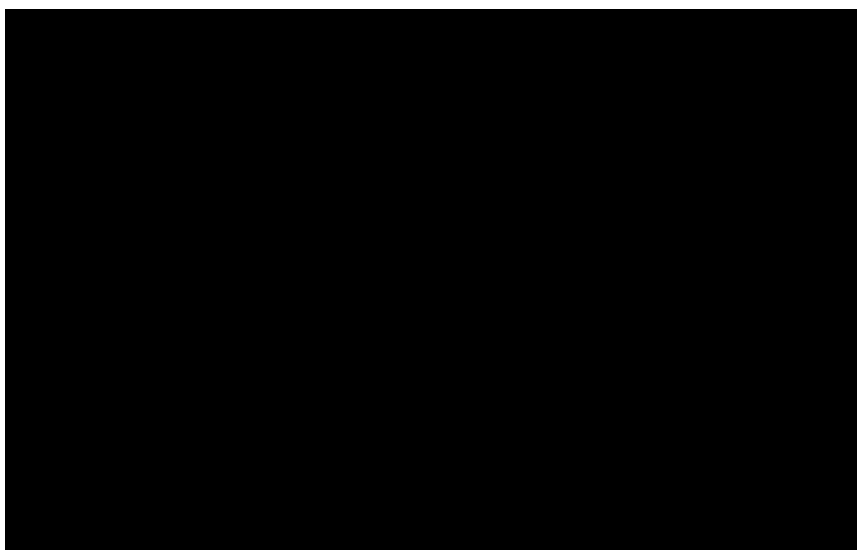
2017

A IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado.

Defendida em: 01 / 07 / 2017.

BANCA EXAMINADORA



RESUMO

A inclusão escolar de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), na rede regular de ensino, é uma discussão presente em muitos trabalhos acadêmicos, que foram produzidos nos últimos 9 anos, em virtude da aprovação das novas legislações sobre a temática. Durante décadas, a educação para alunos com NEE, e mais especificamente, com deficiência intelectual, manteve as mesmas características do ensino regular, desenvolvido nas escolas tradicionais e sempre adotando práticas escolares adaptativas, com o objetivo de propiciar a inserção e/ou a reinserção de alunos com deficiência na escola comum, pelo treino dos mesmos conteúdos e programas do ensino regular. Mas, a partir de 2008, visualiza-se uma nova política de Educação Especial, que tem sua implantação definida pelo Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Com base nessa discussão, desenvolveu-se uma pesquisa em uma escola de Ensino Fundamental - anos iniciais, da zona rural do semiárido potiguar, onde a pesquisadora atua como professora de uma Sala de Recursos Multifuncionais, sendo o público principal constituído por alunos com deficiência intelectual. Assim, a presente pesquisa objetivou analisar a concepção de professores sobre a importância da Sala de Recursos Multifuncionais, no processo de inclusão do estudante com deficiência intelectual no ensino regular, procurando identificar e avaliar as dificuldades e potencialidades do desenvolvimento e aprendizagem desses estudantes, bem como, qual a concepção dos professores sobre esse processo de inclusão. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória e qualitativa, que contou com a participação de três professoras, da escola supracitada, que aceitaram participar das entrevistas realizadas, a partir de um roteiro semiestruturado. Os resultados obtidos com a pesquisa, a partir da análise dos dados, reforçam a importância da Sala de Recursos Multifuncionais no processo inclusivo, pois o estudante tem a oportunidade de se desenvolver de forma mais ampla, tendo infinitas possibilidades de participar do processo de ensino-aprendizagem, mesmo com suas limitações. Observou-se assim, que o trabalho desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncionais não pode ser confundido com reforço escolar ou repetição de conteúdos curriculares da classe regular. Diante disto, percebe-se, que a citada sala deve ser um espaço de desafio no qual o estudante, com deficiência, encontra condições necessárias para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, com vistas à superação de seu próprio limite, em busca da verdadeira inclusão, que ainda representa um desafio para toda comunidade escolar.

Palavras-chave: SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS; DEFICIÊNCIA INTELECTUAL; PROFESSORES.

ABSTRACT

The school inclusion of students with Special Educational Needs (SEN) in the regular school system is a discussion present in many academic papers, which have been produced in the last 9 years due to the adoption of new legislation about that theme. For decades, education for students with SEN, and more specifically, intellectual disability, has maintained the same characteristics of regular education developed in traditional schools and always-adopting adaptive school practices, with the purpose of facilitate the insertion and/or reintegration of students with disabilities in the common school, by training the same contents and programs of regular education. But since 2008, a new Special Education policy has been implemented, which has its implementation defined by Decree No. 6,571 / 2008, which provides for Specialized Educational Assistance (SEA). Based on this discussion, a research was developed in an Elementary School – first grade to fifth grade, located in the semiarid rural area of the state of Rio Grande do Norte, in which I worked as a teacher of a Multifunctional Resources Room, with the main audience is composed by students with intellectual disabilities. Therefore, the general purpose of this research was to analyze the conception of teachers about the importance of the Multifunctional Resource Room in the process of inclusion of students with intellectual disabilities in the regular school system, trying identify and evaluate the difficulties and potentialities of the development and learning of these students and to know the opinions of teachers about the process of educational inclusion of students with intellectual disabilities. This is a descriptive, exploratory and qualitative research. It was attended by three teachers, from the above-mentioned school, who agreed to participate in the interviews, based on a semi-structured script. The information was analyzed according to thematic content analysis. The results obtained from the information analyzed reinforce the importance of the Multifunctional Resource Room in the inclusive process, because the student have the opportunity to develop in a broader way with endless possibilities to participate in the teaching-learning process, even with its limitations. It was observed the work developed in the Multifunctional Resource Room can not be confused with extra tuition or repetition of curricular contents of the regular lessons. In view of this, it can be seen that The room previously mentioned should be a challenging space in which the student, with a disability, finds necessary conditions for the development of the learning process with a view to overcoming their own limits in search of true inclusion, which still represents a challenge for the whole school community.

Keywords: MULTIFUNCTIONAL RESOURCES ROOM; INTELLECTUAL DEFICIENCY; TEACHERS.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) na rede regular de ensino tem sido um tema muito discutido no meio educacional, por autores como Mantoan, que destaca que o principal objetivo da “inclusão escolar é tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora de aprendizagem”. (MANTOAN, 2006, p.40).

A discussão foi iniciada com o advento da Declaração de Salamanca (1994) - documento considerado marco do movimento mundial pela inclusão (BUENO, 2008). Nas várias reformas educacionais, ocorridas no país nos últimos anos, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, o tema das necessidades educativas específicas esteve presente, com a referência comum da responsabilidade do poder público e da matrícula preferencial na rede regular de ensino, com os apoios especializados necessários. Com a Resolução CNE/CEB n ° 2, de 11 de fevereiro de 2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação, em seu Art. 2º:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

A partir de 2008, visualiza-se uma nova política de Educação Especial, que tem sua implantação definida pelo Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças. Entretanto, não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com Necessidades Educacionais Específicas tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades.

Muitas escolas têm tentado adequar suas ações, buscando atender aos alunos com necessidades específicas. É um trabalho árduo, devido à falta de estruturas básicas, de recursos humanos e falta de formação adequada que lhes permitam atender essa diversidade presente nas salas de aula. Nesse sentido, “o argumento mais frequente dos professores, quando resistem a inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho”.

(MANTOAN, 2003, p.42). A autora destaca que muitos professores, por terem internalizado essa concepção, esperam cursos que lhes ensinem a trabalhar na prática, com turmas de alunos heterogêneas, a partir de aulas, manuais, regras, transmitidos e conduzidos por formadores do mesmo modo como ensinam em sala de aula.

Ainda segundo Mantoan (2004), a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Específicas é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional para que todos, independentemente de suas necessidades, tenham uma educação de qualidade e que a inclusão vai depender da capacidade de lidar com a diversidade e as diferenças.

Considerando que a Educação Inclusiva baseia-se nesta concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos, é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional, para o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiências. É um grande desafio fazer com que a inclusão ocorra, garantindo o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com Necessidades Educacionais Específicas, principalmente dos estudantes com deficiência intelectual, que desafiam a escola comum, porque tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola muitas vezes preconiza (ALMEIDA, 2015).

Nessa perspectiva, o objetivo geral desse trabalho foi analisar a concepção de professores sobre a importância da Sala de Recursos Multifuncionais, no processo de inclusão do estudante com deficiência intelectual no ensino regular. Especificamente, procurou-se identificar e avaliar as dificuldades e potencialidades do desenvolvimento e aprendizagem desses estudantes, bem como, qual a concepção dos professores sobre esse processo de inclusão.

1.1 A educação especial e o processo de inclusão dos estudantes com deficiência intelectual

No século XX, a educação especial viveu profundas transformações impulsionadas pelos movimentos sociais que exigiam mais igualdade para todas as pessoas e a superação de qualquer tipo de discriminação. No bojo dessas mudanças, há a criação de escolas para estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (BRASIL, 2010).

De acordo com as Políticas Nacionais de Educação Especial (MEC/SEESP, 2008), a educação especial se organizou tradicionalmente como Atendimento Educacional Especializado, substituindo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões,

terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, vinha determinando formas de atendimento clínico/terapêuticos, fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definiam as práticas escolares para os estudantes com deficiência (BRASIL, 2010).

Ao longo da história, o conceito de deficiência intelectual passou por diversas definições e terminologias, mas atualmente, o termo defendido para uso, é deficiência intelectual. Uma das razões tem a ver com o fato de que, é mais apropriado o termo intelectual por referir-se ao funcionamento do intelecto especificamente, e não ao funcionamento da mente como um todo (ALMEIDA, 2015).

Assim, a deficiência intelectual compreende uma vasta gama de condições que, apesar de serem muitas vezes causadas por infecções biológicas e afecções orgânicas, podem também ser devidas a causas sociais e psicológicas complexas. Em muitos casos, a causa específica de uma deficiência intelectual é desconhecida. Algumas síndromes apresentam déficits cognitivos, caracterizando-se como deficiência intelectual, como: a Síndrome de Down; a Síndrome de Turner; a Síndrome de Klinefelter; a Síndrome do X-Frágil; a Síndrome de Prader-Willi; a Síndrome de Angelman e a Síndrome Williams (HOLMES, 1997).

É importante observar que, mesmo apresentando limitações, as pessoas com deficiência intelectual mostram alternativas que sugerem o desenvolvimento de um novo olhar, principalmente nos aspectos relacionados à aprendizagem e ao seu desenvolvimento, por isso a escola regular é um lugar privilegiado para contribuir com a ampliação das possibilidades de aprendizagem do estudante com deficiência intelectual.

São vários os documentos que asseguram o atendimento para alunos com Necessidades Educacionais Específicas, dentre eles as Diretrizes para Educação Especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) no seu artigo 58, o Estatuto da Criança e do Adolescente e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seus artigos 27 e 28.

Porém, apesar de muito defendida e debatida, a inclusão encontra-se ainda em processo de construção, existindo muitos desafios a serem percorridos, como citam Souza e Goés (1999), quando afirmam que apesar da escola estar de portas abertas, existe, ainda, inúmeras mudanças que devem ocorrer para receber estes alunos e desenvolvê-los de forma eficaz, ou seja, precisa-se de adequação de espaço físico e formação profissional, para que a inclusão atinja seus reais objetivos. Para Mantoan (2006):

Temos muitos desafios a enfrentar para atingir a educação como direito de todos. Um deles é não permitir que esse direito seja traduzido meramente como cumprimento da obrigação de matricular e manter alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns [...] (p.35).

Segundo Bedaque (2014), esse novo paradigma da inclusão, presente na sociedade atual, orienta, em seus princípios, a aceitação das diferenças individuais como atributo e não como um obstáculo, como um direito e não como uma obrigação legal, a valorização de cada pessoa em sua maneira de ser e estar no mundo e a convivência dentro da diversidade humana.

Esses princípios exigem dos contextos educativos: “mudanças de concepções sobre o que é ensinar e aprender, do papel da escola, do professor, dos gestores, do aluno e da família; das relações entre os envolvidos no processo educativo” (BEDAQUE, 2014, p. 41).

Para ser plena e efetiva, a inclusão requer, antes de tudo, a compreensão de que a diferença é inerente ao ser humano, e que essa diferença permeia a humanidade e torna cada ser único em suas capacidades e habilidades. Para incluir precisa-se amar e buscar desenvolver o estudante, respeitando suas limitações e sempre buscando integrá-lo, fazendo-o crescer e aprender, acima de tudo. O aluno com deficiência intelectual necessita aprender a ser e a viver, necessita ser capaz de valorizar a visão positiva de si mesmo, estimular seu desejo e confiança. Nesse sentido, a dimensão afetiva não pode ser negligenciada na escola, visto que todas as nossas ações são permeadas por ela, principalmente no processo de escolarização. As experiências vivenciadas em sala de aula permitem trocas afetivas positivas que, não só marcam positivamente o objeto de conhecimento, mas também favorecem a autonomia e fortalecem a confiança dos alunos em suas capacidades e decisões (DIAS e ROSIN, 2012).

Sendo assim, a qualidade da interação professor-aluno traz um sentido afetivo para o objeto de conhecimento e influencia a aprendizagem do aluno. Para trabalhar com o discente com deficiência intelectual, o afeto deve permear todas as situações para que o aluno se sinta aceito e tenha seu tempo de aprendizagem respeitado.

Nesse sentido, estudos citados por Mantoan (1996) confirmam que o trabalho com o estudante com deficiência intelectual exige que o professor, além das condições inerentes a todo educador, apresente características de personalidade, habilidades e conhecimentos adequados ao atendimento a essa categoria de educando.

Além disso, outro desafio a ser enfrentado para que se tenha uma efetivação da educação inclusiva, refere-se à questão da formação de professores, que também é retratada no art. 28 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Oferecer uma educação de qualidade não é tarefa fácil, pois envolve desde aspectos materiais e físicos até capacitação profissional, bem como, romper com antigos paradigmas e concepções, sensibilizando os educadores para esse novo desafio que se apresenta. "Os professores tentam adequar suas práticas pedagógicas às propostas de inclusão, porém, faltam-lhes as condições básicas para atender à diversidade, que requer estrutura que a escola não possui" (MAZZARO, 2007, p.103).

Assim, segundo Mantoan (1997), o processo de inclusão exige da escola novos recursos de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos professores e da própria instituição, reduzindo todo o conservadorismo de suas práticas, em direção a uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades de todos os estudantes.

1. 2 A sala de recursos multifuncionais e o apoio a estudantes com deficiência intelectual

Segundo a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva SEESP/MEC (2008), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

O AEE deve ser realizado preferencialmente nas escolas comuns, no contexto de um espaço físico denominado sala de recursos multifuncionais, caracterizado por uma diversidade de recursos didáticos e pedagógicos que permitam ao aluno ter contato com variadas possibilidades de construção de saberes. As atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização.

O trabalho do professor do AEE é ajudar o aluno com deficiência intelectual a atuar no ambiente escolar e fora dele, considerando as suas especificidades cognitivas e promovendo sua autonomia intelectual. Esse trabalho se focaliza nas atitudes do estudante diante da aprendizagem e propiciar o desenvolvimento de ferramentas intelectuais que facilitarão sua interação escolar e social. Para Mantoan (2013):

O atendimento educacional especializado deve oferecer todas as oportunidades possíveis para que, nos espaços educacionais em que ele acontece, o aluno seja incentivado a se expressar, pesquisar, inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livremente (p.125).

No Atendimento Educacional Especializado, o aluno constrói conhecimento para si mesmo, o que é fundamental para alcançar o conhecimento acadêmico. Neste espaço, o estudante não depende de uma avaliação externa, mas de novos parâmetros relativos às suas conquistas, diante do desafio da construção do conhecimento. Já na escola regular, o aluno constrói um conhecimento necessário e exigido socialmente e que depende de uma aprovação e reconhecimento da aquisição desse conhecimento, através de exames e avaliações institucionais. Assim, os dois: escola comum e Atendimento Educacional Especializado precisam acontecer concomitantemente, pois um beneficia o desenvolvimento do outro e, jamais, esse benefício deverá caminhar de forma linear e sequencialmente, como se acreditava antes.

Assim, é importante salientar que, o Atendimento Educacional Especializado não é ensino particular, nem reforço escolar. Neste sentido, Alves (2006) afirma que:

O Atendimento Educacional Especializado, não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, mas deve constituir um conjunto de procedimentos específicos mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos (p.15).

No trabalho do AEE, o professor exerce um papel importante na construção do conhecimento do aluno, possibilitando seu desenvolvimento de modo que possa fortalecer a aprendizagem. O educando com deficiência intelectual constrói conhecimentos, exercitando sua atividade cognitiva que é estimulada pela intervenção intencional desse professor. O trabalho do professor de AEE consiste na gestão dos processos de aprendizagem, na avaliação desse processo e em seu acompanhamento.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

O estudo fez uso metodológico da pesquisa descritiva, exploratória, com abordagem qualitativa. As pesquisas exploratórias, segundo Gil (2002), têm como finalidade principal

procurar desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

A opção pelo uso da abordagem qualitativa dá-se na medida em que responde a questões muito particulares, pois se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, buscando uma compreensão particular daquilo que se estuda, não se preocupando com generalizações, princípios e leis, focando a atenção no específico, peculiar e o individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos que estuda (MINAYO, 2008)

De acordo com a autora supracitada, a pesquisa qualitativa tem uma metodologia própria, que visa à compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos, dentro do contexto em que foram vivenciados, respeitando as singularidades dos mesmos. Para isto, utiliza-se uma diversidade de fontes de informação obtidas em diferentes momentos para dar conta da apreensão de problemática.

A pesquisa foi realizada em uma escola de ensino fundamental, anos iniciais, localizada na zona rural do semiárido potiguar. E essa escolha se dá pelo fato da pesquisadora trabalhar na referida escola, como professora de uma Sala de Recursos Multifuncionais, realizando o Atendimento Educacional Especializado, sendo o público principal constituído por alunos com deficiência intelectual.

Para operacionalizar a pesquisa de campo, inicialmente entrou-se em contato com professoras que lecionam nas séries iniciais do ensino fundamental dessa escola e que tem alunos com deficiência intelectual, apresentou-se a proposta de pesquisa e solicitou-se a participação destas no trabalho. Neste sentido, participaram da pesquisa 03 professoras, sendo todas com formação em Pedagogia, especialização em áreas distintas, mas relacionadas à educação. Para caracterização dos participantes, foi definido os seguintes códigos: P1, P2 e P3, com vistas à garantia do anonimato e a proteção dos sujeitos.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário, cuja ideia originou-se da necessidade de estudos que busquem ouvir o professor que recebe alunos com Necessidades Educacionais Específicas, em sua sala de aula, considerando que a inclusão representa um desafio para esses professores que, de modo geral, não possuem formação específica em Educação Especial. Essas reflexões aumentaram o interesse em aprofundar o conhecimento sobre esse tema.

Assim, algumas problematizações foram suscitadas a partir dessas reflexões: O que você pensa sobre o processo de inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Específicas no Ensino Regular? Como você avalia a inclusão dos estudantes com deficiência

intelectual no ensino regular e quais as dificuldades que podem ser encontradas para que ocorra a inclusão? O que você acha que pode ser feito para melhorar esse processo? O que está faltando para que a inclusão seja de forma efetiva e com qualidade? Como você avalia a proposta da Política de Atendimento Educacional Especializado, considera que seja importante no processo de inclusão? Você considera que a Sala de Recursos Multifuncionais seja importante na escola regular? Que contribuições a Sala de Recursos Multifuncionais podem trazer para o processo de ensino aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual, que estejam matriculados no ensino regular? Em que medida ela pode auxiliar o professor da rede regular de ensino? Que estratégias e recursos didáticos pedagógicos poderiam ser utilizados para auxiliar no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual? Que potencialidades podem ser exploradas para o desenvolvimento da aprendizagem de alunos com deficiência intelectual?

O material empírico apreendido foi agrupado e analisado por meio da técnica de Análise de Conteúdo Temática proposta por Minayo (2008). A técnica citada é composta pelas seguintes fases: pré-análise, na qual o pesquisador realiza uma leitura dos dados obtidos; a fase de exploração do material, que corresponde à etapa em que o material é codificado, ou seja, submetido a um processo pelo qual os dados brutos são agregados em categorias temáticas e a fase de interpretação dos resultados, nesta os dados empíricos obtidos são analisados de acordo com as categorias temáticas que se revelaram, respaldados na literatura pertinente ao tema em estudo.

2.2 Resultados e Discussão dos Dados

Como resultado, constatou-se que os professores apresentaram muitas dificuldades com a realização do trabalho com alunos com Necessidades Educacionais Específicas.

Quando indagou-se sobre as dificuldades que podem ser encontradas para que ocorra a inclusão do estudante com deficiência intelectual na escola regular, o que acham que pode ser feito para melhorar esse processo e o que está faltando para que a inclusão seja de forma efetiva e com qualidade, foi citado como pontos principais: dificuldade em ensinar; falta de formação continuada do professor, de infraestrutura e recursos materiais; a dificuldade em planejar; o não conhecimento em relação às Necessidades Educacionais Específicas, entre outros, conforme se observa nos relatos a seguir:

“Dificuldades: abertura para a inclusão, falta de formação continuada, apoio na sala de aula (assistente) e apoio pedagógico, diálogo/parceria com a família e apoio multidisciplinar, falta de planejamento. Poderia ser feito uma proposta pedagógica na escola com parcerias que atenda as especificidades do aluno, acompanhamento pedagógico, planejamento como prioridade, e apoio da gestão nos recursos humanos e materiais. Formação/reflexão/ação... Está faltando provocar profissionais para despertar ou sensibilizar para o trabalho com esses alunos, falta planejamento que garanta incluir o aluno nas atividades, além de acompanhamento pedagógico, Formação - Ação- Reflexão - Ação e apoio dos gestores no processo de inclusão” (P1).

“Encontramos ausência de recursos materiais e até mesmo de profissionais capacitados para lidar com esses estudantes. Necessita-se que as escolas estejam preparadas para receber estas crianças, com estrutura adequada, materiais apropriados, e pessoas capacitadas... para que a inclusão seja efetiva é preciso que as leis sejam de fato cumpridas”. (P2).

“As maiores dificuldades que encontro é de não conhecer bem quais as necessidades educacionais desses alunos, pois a maioria nem tem diagnóstico, e nós não recebemos nenhuma formação para atendê-los. Isso dificulta nosso planejamento. Então, deveria ser feito mais cursos nessa área, para que nós, professores, pudéssemos estar melhor preparados. Além disso, falta modificar o olhar sobre a deficiência e acreditar que uma pessoa com NEE pode se desenvolver de acordo com suas possibilidades, ou seja, é necessária uma maior sensibilização por parte de todos que fazem a escola, para ver esses alunos como pessoas capazes de aprender, dentro de suas limitações, com possibilidades” (P3).

A partir desses relatos, observou-se que há um interesse dos professores em buscar conhecimentos sobre as deficiências e, conseqüentemente, atuar de forma favorável no processo de aprendizagem dos alunos com NEE, embora deixem explícito que não se sentem preparados, sugerindo cursos de formação específica e capacitação; reorganização da escola, tanto no aspecto físico e material, quanto na preparação de todos os funcionários envolvidos. Tais relatos concordam com as afirmações de Mantoan (2003), quando afirma que “o argumento mais frequente dos professores, quando resistem à inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho” (p.42).

Quanto à inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Específicas no Ensino Regular e como avaliam essa inclusão, todas destacaram que o processo de inclusão ainda enfrenta muitas barreiras, e tem muitos caminhos a serem percorridos no cotidiano das escolas, conforme pode ser observado nas falas a seguir:

“faz-se necessário que os professores, juntamente com a comunidade escolar, encontrem meios para construir um ensino voltado á diversidade, aonde todos os alunos, independentes de suas deficiências tenham direitos a uma educação igualitária e favorável”. (P3).

“Ainda há um longo caminho a ser percorrido, até chegarmos a inclusão de fato... Estas crianças, em sua maioria estão inseridas, mas não estão incluídas... não recebem atenção e atendimento adequado as suas necessidades”. (P2)

“A inclusão é um avanço na educação. Reconhecer a diferença, significa aprender com a diferença. Ao incluir o aluno... o professor tem mais a aprender do que a ensinar, porém estes profissionais precisam estar abertos para a inclusão. Cada aluno é único e aprender no cotidiano a lidar com a diferença, é um belo desafio”. (P1)

Com relação à importância da Sala de Recursos Multifuncionais, todos os professores entrevistados consideram a sua importância, pois entendem que a mesma apresenta grandes contribuições para o desenvolvimento do aluno com NEE, como observa-se nos depoimentos abaixo:

“Considero a Sala de Recursos Multifuncionais importante e acho que cada escola deveria ter uma e desenvolver o atendimento com o aluno de forma pensada e planejada. Mas tem que ter todo apoio necessário na sala comum. O professor da Sala de Recursos Multifuncionais pode auxiliar através do diálogo, pesquisa e orientação ao professor da sala comum, através de formação para sensibilizar o processo de inclusão e através de parceria com a família”. (P1).

“A Sala de Recursos é de grande relevância, pois proporciona um espaço facilitador e acolhedor para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes... é também norteadora do trabalho dos professores que, em sua maioria, apresentam dificuldades em trabalhar com essas deficiências”. (P2).

“A Sala de Recursos Multifuncionais é muito importante na escola. Ela serve de apoio ao trabalho do professor da sala comum. É um local onde o estudante busca desenvolver-se, através de aulas dinâmicas e criativas, que favoreçam sua aprendizagem. O professor do AEE organiza recursos pedagógicos que atendem as necessidades e especificidades de cada aluno, que é único”. (P3).

Na Sala de Recursos Multifuncionais, o aluno tem a oportunidade de se desenvolver de forma favorável, adaptando-se às interações sociais e a aprendizagem por meio da cooperação, na qual o professor é um mediador que proporciona oportunidades de aprendizagens. A verdadeira educação, segundo Vygotsky (2003), consiste em despertar na criança aquilo que ela já possui dentro de si, ajudando-a a evoluir e a orientar o seu desenvolvimento em uma determinada direção. “Não uma direção de mão única, mas que contemple possibilidades de construção, desconstrução e reconstrução, tal como ocorre na arte, mas sempre em interação social” (Vygotsky, 2003, p. 201).

Para que isso realmente aconteça, faz-se necessário a utilização de estratégias e recursos didáticos pedagógicos para auxiliarem no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, tais como as citadas nas falas das entrevistadas:

“Planejamento coletivo e individual, formação continuada dos professores, parceria com a família, atividades diversificadas e lúdicas, acompanhamento do aluno na sala comum”. (P1).

“O uso contínuo de materiais concretos como jogos, materiais manipuláveis e outros materiais adaptados... promover momentos de socialização das crianças com NEE e as outras crianças”. (P2).

“Para ajudar aos alunos com deficiência intelectual, é necessário o uso de materiais didáticos e pedagógicos diversificados, aulas dinâmicas e criativas, de modo a incentivar a aprendizagem desses alunos. É importante utilizar estratégias e recursos, para o aperfeiçoamento da capacidade de se expressar oralmente e da organização do pensamento lógico”. (P3).

A pessoa com deficiência intelectual tem, como qualquer outra pessoa, dificuldades e potencialidades e o processo de estimulação consiste em reforçar e favorecer o desenvolvimento e proporcionar o apoio necessário às suas dificuldades. Mas, segundo Mantoan (2006, p.94) “é preciso estar atento para que o direito a diferença não inferiorize, não discrimine nem marginalize, não condene aos preconceitos e a segregação dos alunos com e sem deficiência”.

Para tanto, é de fundamental importância se apropriar de um novo olhar para a inclusão, aceitando, sem preconceitos, a todos. O melhor caminho para se trabalhar, é identificar as competências e habilidades que a criança tem. É preciso redimensionar o conteúdo com relação às formas de exposição, flexibilizar o tempo para a realização das atividades e usar estratégias diversificadas, como a ajuda dos colegas de sala - o que também contribui para a integração e para a socialização do aluno.

A atitude do professor é um dos fatores que mais contribui para o sucesso de qualquer medida de inclusão do aluno com deficiência na escola regular. Não basta determinar legalmente a inclusão para que ela aconteça, afinal ela é um processo que deve fornecer, aos alunos com deficiência, uma educação com o máximo de qualidade e de eficácia, no sentido do desenvolvimento e da satisfação das suas necessidades individuais.

Devem ser dadas aos alunos, condições para se desenvolverem e progredirem, não só em termos educacionais, mas também para o alcance de uma autonomia pessoal, social e econômica. Desta forma, a inclusão exige não só do professor, mas das escolas, uma mudança no sentido de se desenvolver com o objetivo de proporcionar um ensino de qualidade a todos os alunos e o máximo de acesso aos que têm Necessidades Educacionais Específicas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a natureza pedagógica, atribuída à sala de recursos multifuncionais, é a de complementar o atendimento educacional realizado em classes regulares, o trabalho pedagógico na sala de recursos só tem sentido se o professor do ano que o aluno se encontra der continuidade na sala regular.

Os resultados ressaltam a contribuição e a importância da sala de recursos no processo inclusivo. Contudo, comprova-se que o trabalho, nela desenvolvido, não deve e não pode ser confundido com reforço escolar ou repetição de conteúdos curriculares da classe regular. Ela deve ser um espaço de desafio no qual o aluno com deficiência, encontra condições necessárias para o desenvolvimento do processo de aprendizagem, com vistas à superação de seu próprio limite, em busca da verdadeira inclusão, que ainda representa um desafio para toda comunidade escolar.

Sabe-se que a educação é o alicerce para o desenvolvimento de qualquer cidadão, e que incluir o aluno com Necessidades Educacionais Específicas, é também, uma forma de respeitá-lo e garantir a possibilidade de seu crescimento. A inclusão depende de mudança de valores sociais e a vivência de um novo paradigma, levando em conta as diferenças.

Bueno (1999) enfatiza que para a inclusão acontecer não basta apenas estar garantido na legislação, faz-se necessárias profundas modificações, gradativas, planejadas e contínuas. Tarefa esta que exige da escola uma reorganização e reestruturação de metodologias e recursos pedagógicos e, o principal, sensibilizar e capacitar os profissionais a esse novo desafio. Tal como afirma Mantoan (2003), sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhe condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação.

Apesar do relato dos professores em não se sentirem preparados para esse atendimento às crianças com NEE, observa-se que é preciso ter sensibilidade, olhar não para a deficiência, e sim para a criança, apontando que as necessidades do aluno só serão compreendidas a partir do convívio com ele, e lembrando que o desenvolvimento de técnicas pedagógicas, métodos e recursos, podem surgir no cotidiano do atendimento.

De fato, as práticas escolares convencionais não dão conta de atender à deficiência intelectual, em todas as suas manifestações. Essas práticas precisam ser urgentemente revistas, porque, no geral, elas são marcadas pelo conservadorismo, são excludentes e, inviáveis para os alunos que se tem hoje nas escolas. Assim, para que a educação se torne

inclusiva, é necessária uma reorganização dos elementos que compõem o cotidiano escolar, uma vez que, para tornar-se inclusiva e atender as diferenças de seus alunos, há de se pensar em um novo projeto pedagógico: flexível, aberto e dinâmico. Projeto capaz de envolver toda a comunidade escolar e ousar na busca de novas relações educativas, repensando o papel da escola e seus objetivos educacionais.

Se tratando da inclusão de uma criança com deficiência intelectual é preciso que a instituição esteja preparada, bem como os funcionários e os próprios alunos da escola. É preciso que se entenda que o movimento de inclusão, não se restringe à inserção de alunos com deficiências nas escolas regulares, mas visa criar também condições necessárias para que todos os alunos tenham acesso e permaneçam neste tipo de ensino ao longo dos anos escolares.

Inclusão não significa, simplesmente, matricular os alunos com NEE na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. Mudar a escola é enfrentar muitas frentes de trabalho, cujas tarefas fundamentais são as que seguem: recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre os professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprove a repetência; formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções (MANTOAN, 2006).

Assim como o movimento inclusivo exige mudanças estruturais para as escolas, ele também propõe que haja uma articulação entre os diferentes profissionais envolvidos neste processo, sejam eles da sala regular, da sala de Atendimento Educacional Especializado e outros membros da escola. O diálogo entre esses diversos profissionais é necessário para o aprofundamento e melhor desempenho, seja do aluno, do professor ou do especialista. Mas vale lembrar que, o estudante com deficiência intelectual necessita de apoio pedagógico, de atenção especializada, de adequações curriculares, mas não se pode esquecer que eles possuem capacidades, e o que eles mais necessitam além das intervenções, é que, se acredite neles. Nesse sentido, deve haver um comprometimento do profissional em fazer diferente e mudar essa realidade.

Deste modo, é essencial a continuidade e o aprimoramento de um espaço educativo inclusivo, pois pode ser um importante instrumento de desenvolvimento das pessoas com

deficiência, meta que toda escola deverá procurar atingir, uma vez que, o aluno vai ganhando autonomia e adquirindo capacidade para se inserir nos diversos meios sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mônica Rafaela de. **Deficiência intelectual e o Atendimento Educacional Especializado**. Caderno Didático do Curso de Atendimento Educacional Especializado. NEAD, UFERSA: EDUFERSA, 2015.
- ALVES, D. O. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006
- BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Por uma Prática Colaborativa no AEE: Atendimento Educacional Especializado**. Curitiba: Appris, 2014.
- BUENO, J. G. S. As políticas de inclusão escolar, uma prerrogativa da educação especial. In: BUENO J. G. S; MENDES, G. M. L; SANTOS, R. A. (Org.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira & Marin. Brasília: CAPES, 2008. p.43-63.
- BUENO, J. C. Crianças com necessidades educacionais especiais política educacional e a formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, v. 3, n. 5, 1999.
- BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Resolução 02/2001. Brasília: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2001.
- _____. **Lei 9394 de 23 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. 1996.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010.
- _____. **Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. [2. ed.], Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- _____, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria da Educação Especial. Brasília, 2008.
- _____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 18 janeiro 2016.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2009.

DIAS, P. D. A.; ROSIN, S. M. A afetividade na relação professor-aluno e sua influência no processo de ensino e aprendizagem. **Anais da Semana de Pedagogia da UEM**, v.1, n.1. Maringá: UEM, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

HOLMES, D. S. **Psicologia dos transtornos mentais**. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 1997.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente na escola**. São Paulo: Summus, 1996.

_____, M. T. E. **Ser ou estar, eis a questão**: explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____, M. T. E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? 1ª ed. – São Paulo: Moderna, 2003.

_____, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

_____, M. T. E. **O desafio das Diferenças nas escolas**. 5ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MAZZARO, J. L. **Baixa visão na escola**: conhecimentos e opiniões de professores e pais de alunos deficientes visuais. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MINAYO, C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 11ª ed. 2008.

SOUZA, R. M.; GÓES, M. C. O ensino para surdos em escola inclusiva: considerações sobre o excluyente contexto da inclusão. In: SKLIAR, C. **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.